



"NINGUÉM ME REPRESENTA"

DA CRISE DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA À REPRESENTAÇÃO ARTEFATUAL: NOVAS BASES ONTOLÓGICAS PARA A CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

"NOBODY REPRESENTS ME"

FROM THE CRISIS OF THE DEMOCRATIC REPRESENTATION TO THE ARTIFACTUAL REPRESENTATION: NEW ONTOLOGIC BASES FOR THE CRITIC OF THE POLITICAL REPRESENTATION

Resumo: Este artigo reinterpreta a discussão sobre a perda de legitimidade política dos sistemas político-representativos a partir da agência dos artefatos de representação política, apresentando o conceito de "representação artefactual". A partir da articulação entre teorias discursivas sobre a deliberação e discussões semióticas sobre as implicações éticas do uso de máquinas lógicas, são desenvolvidos operadores de análise (affordances de reflexividade discursiva e modos de endereçamento público) para interpretar as séries de pretensões à representação política manifestas ciberaudiovisualmente, a partir das manifestações brasileiras de 2013-2014.

Palavras-chave: Representação Política, Artefato, Protesto de Rua, Discurso, Reflexividade, Modo-de-endereçamento

Abstract: This paper takes on the discussion of the loss of political legitimacy of the political representation systems from the point of view of the agency of the networks of rhetorical artifacts of political representation, presenting the concept of "artifactual representation". Stemming from an articulation between discursive theories of deliberation and ethics as developed by processual semiotics, we maintain on the bearings of the usage of logical machines, analytical operators are developed (discursive reflexivity affordances, and public modes of address). They aim to interpret the sequence of claims of political representation, exposed cyberaudiovisually in the aftermath of Brazilian street demonstrations of 2013-2014.

Keywords: Political representation, Artifact, Street Demonstration, Discourse, Reflexivity, Mode-of-address

...men have a purpose of goal in mind, the substance of which they want to achieve. In order to achieve it, if it will take time and involve many people, perhaps several generations, they establish institutions – write laws, set up administrative bodies, arrange training programs, and so on. But institutions develop a momentum or an inertia of their own; they do not always work as intended, and they may not produce the result for which they were established. Thus men may find themselves torn between commitment to the original purpose and commitment to the agreed and established channels of achieving it. Or, alternatively, the causal sequence may run the other way around. For whatever reasons, and with no deliberate, common purpose, men may gradually develop fixed ways of doing something – institutionalized behaviour which has become habitual. From this patterned behaviour they may begin to abstract express ideas about what is for, how it is to be done, what principles and purposes underlie it. And, in due time, those principles may themselves come to be used as new aims for revising the institution, as critical standards for assessing the way in which it functions and improving it.

(H. F. Pitkin, 1967, *The Concept of Representation*, p. 235-6)

(...) All those instruments perform inferences; and those inferences are subject to the rules of logic. If from true premisses they always yield true conclusions, what more could be desired? Yet those machines have no souls that we know of. They do not appear to think, at all, in any psychical sense; and even if we should discover that they do so, it would be a fact altogether without bearing upon the logical correctness of their operations, which we should still have to assure ourselves of in the same way we do now. (...) Any apparatus whatever used for experimentation would be, on the same principle, a logical machine. (...) A logical machine differs from any other machine merely in working upon an excessively simple principle which is applied in a manifold and complex way, instead of upon an occult principle applied in a monotonous way. If anybody wishes me to acknowledge that a logical machine reasons no more than any other machine, I do not know why I should not gratify him. That seems to me a matter of words.

(Peirce: CP 2.56-9)

O propósito fundamental da apresentação deste texto é provocar, no contexto da pesquisa normativa sobre a teoria democrática, um diálogo entre os pesquisadores de comunicação e política em torno da fundamentação ontológica das noções de ação e representação política. Propomos um esforço de reinterpretação das concepções de agência política, apoiado na observação do uso continuado da internet e de outros arranjos de comunicação distribuída na constituição dos ambientes de interação preferenciais das atividades da esfera cívica, indo desde as atividades de “mídia independente” altermundistas, apoiadas no hacktivismo, até ao civismo difuso praticado de sites de entrosamento social (“social networking sites”) da web semântica, proporcionada pelas corporações internacionais de comunicação mediada por computadores.

Representações multitudinárias

Os meses que sucederam a disseminação dos protestos de rua entre meados de 2013 e 2014, no Brasil, com volume e diversidade temática jamais antes vistas na história brasileira, foram acompanhadas por uma proliferação de relatos interpretativos, em meios acadêmicos e jornalísticos, análises e estudos de caso girando em torno da emergência de formas específicas de mobilização coletiva apoiadas em práticas de representação política inusitadas. Estas formas emergentes de ação e discurso político foram recorrentemente contrastadas não somente aos modelos de organizações classistas tradicionais mas também com as práticas político-prefigurativas típicas dos “novos novos movimentos sociais”, caracterizados por uma perspectivação das pautas político-econômicas a partir das experiências pessoais de desrespeito no cotidiano. Uma parte precoce dessas reflexões esforçou-se em esclarecer ao público, acadêmico e/ou laico, sobre quem eram os atores, quais os fatores contextuais e os móveis das ações que efetivamente teriam confluído para o desencadeamento e disseminação, rápida e em

larga escala, dos protestos de rua. Sua pertinência foi reconstruir as cadeias causais que, em boa medida, ficaram opacos para os meios indutivo-estatísticos usuais de sondagem de opinião pública, que até aquele momento indicavam alto grau de aprovação governamental. (ref. artigos da revista *Pensata e Geminis*; Parra et al. 2013; Judensneider et. al., 2013; Ricci e Arley, 2014)

Uma porção notável das análises sobre as manifestações de rua vem, desde o final do século passado, correlacionando os processos de “auto-mobilização multitemática” à centralidade ganha pelo uso de meios de comunicação distribuída – novos, como a internet e dispositivos móveis, e tradicionais, como a malha urbana e os correios – em termos da formação da opinião política, e o efeito da sua interveniência na (des-)legitimação da representação política institucional – muito embora muito se tenha negligenciado a participação de uma reflexividade geralista da reverberação dos protestos nas mídias massivas. Por esta chave interpretativa, raras vezes, os eventos brasileiros foram indexados à uma longa série de mobilizações iniciada no final dos anos 1990. Este início, vinculado ao ciberativismo *hacker* (dito “altermundista”) tem como marco o “Carnival against the Capital”, londrino, em de junho de 1999 (Ortellado e Ryoki, 2004; Correa, 2013; Kidd, 2004; Hamm, 2005; Juris, 2008; Wells, 2011; Muray, 2010).

Um outro ponto de início é, às vezes, identificado à difusão da telefonia móvel, é situado nos motins urbanos franceses (2005) e ingleses (2006), associados a conflitos entre minorias e majorias étnico-religiosas. Outros momentos comumente enxergados como divisores de águas, situam o advento de uma nova esfera cívica em irrupções de auto-mobilização como a da “Revolução Verde” iraniana de 2009, em toda sorte de *Occupies* e “*primaveras*” entre 2010-2014, chegando até a Revolta da Sombrinha de Hong Kong, no ano passado; neles, o uso político ativista da telefonia telemática móvel em associação com sites corporativos de entrosamento social da web semanticorporativa¹, corporificaria novas formas de representação narrativa da ação política, acompanhada de uma proliferação de representações políticas informais auto-indicadas² (Harris, 2013; Benski, Langman, 2013; Langman, 2013; Giglio, 2011; Ermoshina, 2014).

1 Optamos por usar “internet semanticorporativa” no lugar de “Web 2.0”, assim como preferiremos “sites corporativos de entrosamento social”, (SCES) para “*social networking sites*” por queremos manter à vista que a semantização do acesso à informação on-line ocorre sob a condição da extração capitalista do valor da identificação de padrões de sociabilidade cotidiana – inclusive os de conversação política informal – dos públicos usuários.

2 Sobre o tema da validade democrática de representantes políticos auto-indicados, ref. Montanaro, 2012

Os balanços das inovações, em termos de práticas de ação comunicativa e representação políticas, recorrentemente singularizam: a horizontalidade das relações entre os manifestantes; a falta de centros mobilizadores; a rejeição temática do aumento da desigualdade social expressa nas condições concretas de acesso a direitos no cotidiano urbano (ex. passe-livre como liberdade de ir e vir; não-truculência da polícia como direito à livre expressão); demandas, ainda que vagas, pelo aprofundamento democrático além dos processos eleitorais, via participação política direta; identificação do esgotamento da permeabilidade dos sistemas político-institucionais eleitorais à vontade popular; rejeição sumária dos partidos políticos formais – e mesmo de organizações de classe tradicionais. A diversidade de temas, frequentemente condenada como dispersão, sublinha, como meta-tema comum, a defesa do uso cívico do espaço urbano como liberdade de expressão. Esse meta-tema é performativamente instaurado nos próprio atos de tomar as ruas para propósitos político-comunicativos, atos que colocariam em teste a efetividade do direito ao uso coletivo do espaço urbano como o ambiente generalista de conversação política mais fundamental. Pode-se supor que seja a própria experiência de fragmentação de ambientes de opinião pseudo-pública radicalizada pelo uso de SCES, que tenha tornado as ruas atraentes, exatamente pela sedução trazida pelo risco de interação com *estranhos* (e não apenas *desconhecidos*). Em todo caso, a malha urbana, ressignificada como meio de comunicação, constitui um ambiente no qual os cidadãos desfrutam de uma simetria de *affordances* comunicativas, de solidariedade na expressão, tão anti-hierárquica quanto aquela encontrada nas redes distribuídas *on-line* e *wireless*. A rua permite testar se as adesões às opiniões políticas telematicamente consolidadas, alcançariam no espaço público urbano (e televisivo *live*) telemático e televisivo, uma reflexividade generalista como *vontade geral*.

A inesperada eclosão de protestos de volume, diversidade temática e ideológica “nunca antes vistas na história” não só no Brasil, mas também no mundo, traduz a centralidade que o uso de redes distribuídas (novas e antigas) de comunicação alcançaram nos processos de formação da opinião e de identidades políticas. Circunstâncias que convidam à reconstrução das noções de representação política (o “standard account” de Hannah Pitkin) e ação coletiva (a dicotomia entre ação comunicativa e ação estratégica, proposta por Habermas) segundo uma base ontológica diferente daquela implícita à pragmática dos atos de fala e à filosofia analítica da linguagem. Segundo nossa observação, o uso cívico, por vezes dissidente, da *internet* móvel, associado à quase

universalização das videocâmeras digitais, impõe uma reflexão sobre as especificidades do design (e do redesign pelo uso inovador) de *artefatos retóricos de ação/representação política* para as praxes de representação e ação políticas. Esta reflexão é praticamente inviável com a “modéstia metafísica” dos quadros teóricos baseados das referidas teorias da representação política e ação político-comunicativa, principalmente por manter intacto o antropocentrismo nas suas concepções de agência política – dos “objetos inanimados” da “representação simbólica” de Pitkin à “intersubjetividade” desmaterializada da noção habermasiana de discurso.

Enclausuramentos topológicos?

O objeto teórico específico dessa investigação corresponde, parte, em linhas gerais, daquela observação de Bernard Peters, adotada por Habermas (1992; 2003) de que há diferenças fundamentais entre os processos inferenciais – que vão da tematização das situações-problema às tomadas de decisão judiciais – que se desenvolvem na esfera cívica e na esfera institucional dos sistemas políticos ditos “democráticos”. Essas são diferenças irreduzíveis entre *classes de inferências*, mais exatamente: entre inferências geradoras de hipóteses e inferências geradoras de certezas. Das últimas, se espera gramaticalidade (ou compreensibilidade), forma adequada, propósitos autênticos arrimados em autorias bem estabelecidas, conteúdos proposicionais verazes, pretensões normativas justificáveis a partir de princípios universalistas, manifestas de modo respeitoso com os interlocutores, apontando os desdobramentos normativos ou executivos concretos. As inferências do primeiro tipo, porém, envolvem a condensação de proto-argumentos difusos (“sem sujeito”), de justificativas vagas (“selvagens”) e sem responsabilidades delimitadas (“anárquico”). Assim, se a esfera institucional opera com um ciclo quase fechado de procedimentos indutivos (sondagens, votações) e dedutivos (aplicação de normas, extração de corolários, asserção de decisões executivas) unicamente a esfera cívica, como um quase-ciclo aberto de geração contínua de possíveis novas normas, com sua “selvageria anárquica sem-sujeito”, fornece uma instância que propicia *abduções políticas*: a precipitação de demandas emergentes, a partir da consolidação original de necessidades ideologicamente invisibilizadas. Em termos habermasianos, no transporte de situações-problema para os sistemas institucionais, se a esfera cívica precisa atuar com “sensor” que “dramatiza” demandas enquanto argumentos, são as práticas comunicativas político-prefigurativas dos movimentos sociais que *abduktivamente instauram estruturas de percepção* capazes de

suspender o véu de invisibilidade pelas quais as formas de representação política hegemônicas camuflam formas insidiosas de desrespeito (Mendonça, 2007). Isso parte desde o plano da corporeidade dos sujeitos – para o que a expressão audiovisual da corporeidade de *percepção enquanto expressão* (Sobchack, 1992) é vetor decisivo; passa pelo estilo de argumentação, pela “mera expressão” de pontos de vista minoritários; até o ponto em que as inovações ético-estilísticas discrepantes deslocam os padrões hegemônicos de representação política (Warner, 2002).

Portanto, é pressuposto normativo comum a teoria (pós-pragmática) da Esfera Pública de Habermas e a retórica especulativa pragmaticista, que haja uma continuidade entre a geração de hipóteses, a justificação delas e sua implementação. Atualmente, porém, há fundadas suspeitas de que os ambientes de interação da esfera institucional e cívica se tornaram mutuamente impermeáveis. Para muitos analistas, cientistas e filósofos políticos, haveria uma mútua “forclusão da política”, que não se limitaria apenas à falta de oxigenação da esfera institucional ou à perda de assertividade da opinião pública (Mair, 2013; Moss & O’Loughlin, 2008; Dean, 2008; Morozov 2009, 2011). A “semanticorporativização” da internet desde 2005 teria se traduzido pela adoção preferencial, pela maior parte dos públicos usuários, de ambientes de interação cívica on-line que a propiciam entre conhecidos ou desconhecidos, mas que a dificultam tremendamente entre estranhos. Isso atingiria diretamente a “comunicação lateral” de solidariedade entre movimentos sociais (Downing, 2002); suas mais graves consequências, seria, porém a generalizada fragmentação da esfera cívica em enclaves de opinião radicalizada, homogeneizada e auto-referenciada (Sunstein, 2000, 2001, 2002, 2004, 2007; Wolton, 2007; Bennett, 2012; van Zoonen, 2012; Wojcieszak, 2010).

É possível que essa guinada para a perspectivação subjetiva da vida política seja correlata aos processos muito mais amplos de individualização das trajetórias de vida nas sociedades contemporâneas (Giddens, 2002; Honneth, 2004; Eriksson & Vogt, 2013). Tampouco está claro – e há um debate aberto sobre – se essa “ameaça à democracia” pela fragmentação da esfera pública seria intrínseca à translação da infraestrutura comunicativa esfera cívica de uma topologia axial para uma infraestrutura rizomática (a respeito da topologia distribuída, ref. Galloway, 2004; Galloway & Thaker, 2007; Velkhen, 2013); ou se essa é resultado dos quadros analíticos adotados (como sugerem Garrett & al., 2011 e Dahlberg, 2007). Por motivos heurísticos, concordamos com a insistência de Dahlberg quanto a importância de se observar que há fragmentações benéficas à

democratização dos sistemas políticos, pois conduziriam à formação de contrapúblicos críticos geradores de solidariedade entre grupos socialmente minorizados. Nesse sentido, assumimos uma perspectivação não disjuntiva, na qual a que o juízo normativos sobre a fragmentação da esfera pública política não decorreria diretamente da nova centralidade da topologia distribuída dessa esfera, mas sobre de escolhas bem específicas de *disponibilidade, identificabilidade e usabilidade*³ de *affordances* comunicativas dos ambientes de interação (Garrett & Resnick, 2011). Perguntamos: até que ponto eles são (ou não) propiciadores de processos de tomada de decisão que sejam *isegóricos, isonômicos e isopséficos*⁴ nos ambientes de interação on-line? como *cada elemento* da comunicação mediada por computadores favorece (ou pretere) tipos determinados de representação política, de ação e de discurso?

Design de interações... políticas.

O *design* de cada elemento desses ambientes de interação – assim como o seu “redesign” pelos usuários – deve ser considerado como um “ato performativo” (Austin, 1962), pois constituem-se como enunciações que *instauram* aquilo que ostensivamente afirmam. Os atores políticos não preexistem a tais atos: eles são *presentificados*, não “re-”presentados. Os sujeitos supostamente “principais” representados, os ditos “agentes” representantes, os promotores de representações, os aprovadores de pretensões representativas, os critérios de aprovação, tudo isso *emerge nos atos* de reivindicar ou atribuir a alguém (ou a algo) a função de representação política (Rehfeld, 2006; Saward, 2010). Isso é especialmente nítido no caso de representações políticas auto-designadas e informais – típicas das que proliferam em manifestações cívicas não organizadas por centros políticos (Montanaro, 2012; Rubenstein, 2007; Grant & Keohane, 2005). Nesses atos performativos, a agência não provém de agentes de identidades preexistentes, ela pois *emerge da recorrência* que “provisoriamente institui uma identidade e ao mesmo tempo [abre] a categoria como local de uma disputa política permanente”, inclusive porque *toda tentativa de definição ou sedimentação identitária foraclui o próprio ato instituinte de um campo de ação emergente* (Butler, 1993, apud Kulynych, 1997: 13-14).

3 Partindo da observação de que os efeitos das *affordances* de design de interação nas plataformas on-line são “âncoras abduativas” teriam essas três dimensões – existirem, serem identificáveis pelos usuários e serem efetivamente operacionais para eles – (Bardone, 2010)

4 Como se verá adiante, inspirados na perspectiva pragmática, estamos experimentalmente identificando as três igualdades prometidas pelo princípio de autonomia democrática (Dahl, 2001; Held, 1987;) como concreções, no plano dos processos de tomada de decisão democráticos, das três classes de argumentos: a deliberação isegórica seria uma manifestação das inferências abduativas; a agregação isopséfica, das induções; e a aplicação judiciária das leis, das deduções (sobre as três “iso-” da democracia, ref. Ober, 2007).

Evitar a forclusão das inferências hipotéticas é, por isso mesmo, o maior desafio de uma teoria normativa da democracia: exatamente porque esta escapa às categorias do “pensamento organizado”, aquém e em torno dos jogos de linguagem que são “trancados por dentro” em cada subsistema político-administrativo. Não é a toa que Habermas chama esses processos de “sem-sujeito”, “selvagens” e “anárquicos” – e também não é por acaso que ele jamais os descarta da sua definição de democracia. Sem eles – sem o caráter emancipatório deles – não haveria com o que nem se contrapôr criticamente a um modelo de democracia apoiado na teoria geral dos sistemas (Habermas 1992, 2003).

Trata-se de um enorme desafio para as teorias da representação política e da ação comunicativa (ou “teoria deliberativa”): como escrutinar objetos como “*affordances* de interação on-line”, “ambientes de interação on-line” e “percursos enunciativos através de ambientes de interação”? Qual a natureza desses códigos criadores de espaços de expressão operando sobre computadores, e quais as implicações políticas dessa natureza? São meras “*coisas inanimadas*” que se entregam, como “representações simbólicas” à observação de um ponto de vista exterior – perigosas para a democracia, por gerarem “respostas psicológicas irracionais” (Pitkin, 1967, p. 92 e ss.)? São sujeitos, cujas ações precisam ser criticamente reconstruídos? São eles *argumentos*? Ou *argumentações* – i.e., progressões inferenciais? Seriam *atores políticos* – aliás, o que isso significa se levarmos em conta que os sujeitos individuais humanos podem ser bem descritos como agregados de automatismos executando códigos inconscientes (Saporiti, 1995)? Seriam *espaços*, tais como arenas, cafés, salões, livrarias ou bibliotecas? Ou ainda *textos*, como jornais, livros e revistas?

As respostas podem variar muito sem ser mutuamente exclusivas, dada a vertiginosa variedade da proliferação de entes com efeitos semióticos relevantes como representações políticas, condutores da ação comunicativa na vida política contemporânea. A hipótese de uma “ontologia variável” (ref. Latour, 1994, 2001, 2002), embora genericamente satisfatória, não nos fornece recursos analíticos específicos para desembaraçar a filigrana de implicações políticas de cada *affordance* comunicativa, plataforma, articulação de uso de plataformas e contexto temático.⁵ Estamos postos diante de tarefas próximas às de Mendeleev ou Lineu: partindo de um oceano de evidências heteróclitas, sintetizar critérios não superficiais para a interpretação de

5 Procedimentos analíticos dos *Science Studies* podem ser inspirações para o desenvolvimento metodológico desde que os esforços empíricos arrimem as proposições no campo da teoria política (o que não enxergamos entre, p. ex., o traçamento de grafos sociotécnicos ou descrição de controvérsias – ref. Akrich, 1992; Latour et al., 1992; e teorias mais abrangentes, p. ex. Latour 2002, 2005).

recorrências de fenômenos empíricos, cuja diversidade parece inesgotável. Urge desenvolver categorias críticas e descritivas capazes de interpretar politicamente as especificidades desses entes de (re)apresentação política. Nossa proposta, nesse sentido, é tratá-los como *artefatos retóricos de representação política*.

O termo “artefato”, aparentemente⁶, provém da distinção aristotélica entre objetos naturais e humanos, de modo que os artefatos sempre suporiam propósitos, intencionalidades e autores – humanos e não-humanos, já que outras espécies vivas deliberadamente produzem objetos para desempenhar ações. Descobrimos a dimensão política dos artefatos quando se observa que é possível haver vários autores e várias maneiras pelas quais a configuração dos artefatos emerge de autorias coletivas. O caráter político dos artefatos fica patente na observação da formação “interobjetiva” (Latour, 1996) de vastos *arranjos* de artefatos. Artefatos quase sempre são contrações de arranjos, pois tem a propriedade de *eclipsamento variável*: artefatos encontram-se articulados dentro outros artefatos (“caixas-pretas”) e cada elemento pode ser “reversivelmente obscurecido”, conforme circunstâncias ou necessidades (Latour, 2001. p. 210 e ss.). Artefatos se originam de três classes de ações : *separação* – quando são “arreatados” da natureza ou de outrem, por causa de suas propriedades específicas; *remodelamento* – quando aproveitam-se algumas propriedades e eliminam-se *outras*; e *conjunção* – aglutinando materiais cuja aglomeração de propriedades os tornam úteis. Há uma continuidade entre a *invenção para o uso* e a *reinvenção no uso* (Oudshoorn & Pinch, 2003), pois os usuários incessantemente separam, remodelam e rearticulam os artefatos ao usá-los em contextos práticos – transformação que costuma ser explicitamente tematizada quando esses contextos são não-habituais.

Diferentes disciplinas chamam coisas bem diferentes de “artefatos”: para a paleontologia ou arqueologia humana, por exemplo, qualquer objeto que nos conte algo sobre nossos antepassados é um “artefato”, mesmo que não tenha sido nem produzido diretamente pelos sujeitos, ou não intencionalmente; para a história e a crítica de arte, a artefactualidade, associada ao artifício, à manipulação sensorial do público apreciador, é frequentemente o critério chave da distinção entre objetos artísticos e “não-artísticos”⁷.

6 As considerações sobre “artefato” neste e nos próximos parágrafos, seguem uma releitura pragmaticista do verbete “Artifact” (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2011).

7 A solução para a “artisticidade” de objetos encontrados e ready-mades é dada pela artefactualidade dos deslocamentos de contexto, como no caso da “fonte” de Duchamp: o mictório não é objeto artístico até que um artista, tencionando efeitos artísticos sobre um público de arte, o arrebatou de seu contexto original e desloca para o contexto do discurso estético por meio de objetos singulares.

Não há como se nota, limites para as maneiras de classificar artefatos (por forma, material, método de produção, propósito). Porém, do ponto de vista do usuário, as “classes naturais” de artefatos poderiam ser formadas pelo propósito a função relevante ao contexto prático. Por isso, não necessariamente a distinção entre artefatos materiais e conceituais é relevante do ponto de vista do interesse político, principalmente porque nestes casos, estaremos lidando com “máquinas semióticas” (Nöth, 2001; Neves, 2010), meticulosamente construídas (ou reapropriadas) para a realização de atos performativos pelos quais se instauram espaços simbólicos, temas e subjetivações coletivas.

A peculiaridade da *representação política artefactual* estaria exatamente no caráter “vazio” da sua agência das coisas. Como “objetos animados” arranjos artefactuais oportunizam determinadas relações intersubjetivas e dificultam outras. O uso de novos arranjos como “objeto transicional” entre os sujeitos humanos tende a nos desiludir da transparência “dialógica” da comunicação verbal face-a-face, pois deixam exposto o caráter “trialógico” e social da cognição (Paavola et al., 2004; Paavola, e Hakkarainen, 2009; Hoffmann, 2003). Por isso, a presença ou a variante de uso de cada *affordance* de interação em um ambiente online pode transformar radicalmente as suas condições de “busca de entendimento”. A disposição e disponibilidade dos sujeitos da esfera cívica em se apresentar como capazes de apresentar o que crê ser a vontade coletiva; em apontar para as políticas de interesse geral; em questionar outros sujeitos ou outros diagnósticos e propostas; ou em considerar que argumentos de outrem são válidos, ou que outros “os representam”; são afetadas pela articulação de cada elemento do design de interação e pelas minudências dos usos concretos dos recursos comunicativos. Por isso, a legitimidade da representação política através das plataformas de interação on-line é correlata aos tipos de enquadramento e aos modos discursivos de representação política, tal como algoritmicamente corporificados no funcionamento dessas plataformas.

Mais especificamente, as *affordances* técnicas determinam: o grau de exigência de autenticidade das identidades e a possibilidade de sujeitos coletivos ou de anonimato; os limites de interferência nas enunciações entre os usuários; a maneira como as sequências de proferimentos são ou podem ser encadeadas e intercaladas; a existência de moderação e os tipos de moderação possíveis; a capacidade de incorporar referências externas; os estilos de expressão e argumentação (sejam verbais, sejam audiovisuais) aceitáveis ou preferíveis; a resistência dos artefatos à exploração de brechas de funcionamento por *hackers* – ou a capacidade de acolher contribuições desses usuários

ao nível do *design* da plataforma (Bendor et al., 2012). Portanto, se “a *affordance* é uma configuração sintomática dos signos informando uma pessoa sobre maneiras de explorar o ambiente, dando a entender que este ambiente permite-a realiza acoplagens cognitivas”, a investigação normativa deve questionar como esses propiciamentos são desigualmente construídos, acessíveis e detectáveis por sujeitos distintos, ou seja, por que “a configuração signica não é sintomática” para estes sujeitos ou ainda “por que não haveria configurações sígnicas quaisquer”, seja porque elas estão ocultas, porque estão além das capacidades dos usuários, porque estão mal-sintomatizadas ou ainda estão por ser desenvolvidas (Bardonne, 2010).

O que se passa a partir da “ancoragem abduativa” da ação e do discurso é uma exteriorização dos princípios que orientam o comportamento dos sujeitos, no qual os ambientes de interação, através de cada um de seus propiciamentos interativos, atuam como o que Magnani e Bardone (2008) chamam de “mediadores morais”: “um tipo de redistribuição do esforço moral através da gestão de objetos e de informação de um modo que podemos superar a pobreza e o caráter insatisfatório das opções morais imediatamente representadas ou encontradas internamente”, principalmente no caso da moralidade “performada” na ação – e, com destaque, na ação de manipular o mundo externo “com o expresse propósito de construir esses mediadores morais” (Bardone e Magnani, 2008: 107).

Em que pese o otimismo dos semioticistas italianos, a moralidade dos artefatos permanece hoje ávida por escrutínios ético-comunicativos. É lamentável que as incessantes objeções quanto às pretensões de legitimidade dos representantes políticos (institucionais e não-institucionais) visem apenas sujeitos individuais humanos como representantes políticos, negligenciando a composição dos arranjos retóricos de representação política. O tem-se observado – intensivamente, no caso das irrupções de deslegitimação cívica do poder de representação do sistema político institucional – é que o escrutínio crítico não alcança as circunstâncias artefactuais de representação política.

“Metodêutica democrática” ou a democracia como argumentação

A interpretação do ideal de ação comunicativa enquanto *progressão inferencial* já vem sendo ensaiada na explicação dos critérios de “justificação” na teoria deliberacionista de democracia (Steenbergen & al., 2003, p. 25): toda vindicação da validade de asserções e de pretensões de validade supõe que estas se apresentem como logicamente coerentes, isto é, como um percurso de que conduza de premissas a conclusões, com base em

relações pertinentes – embora nem sempre essas relações sejam explicitamente tematizadas. Nessa explicação, porém, permanece ainda por esclarecer que essas relações não são igualmente pertinentes (ou impertinentes) em cada estágio inferencial pelo qual as enunciações ou os processos deliberativos vão sendo constituídos.

Uma interpretação processual-pragmática dos princípios de autonomia democrática (Dahl, 2001; Held, 1995) irá tratá-la como uma *argumentação*. A democracia seria uma progressão inferencial que promete que poderemos obter *o signo vontade geral* como a melhor representação possível *do objeto vontades particulares* segundo a perspectiva do *interpretante “boa vida”*. Nas “vontades gerais” geradas pelo arranjo retórico democrático (ou “sistema deliberativo”), espera-se poder conjurar as preferências (a) manifestas de cada um, (b) as vontades latentes (de “ninguém”) e (c) as de “todos”. Essas vontades – individuais, infra-individuais ou trans-individuais – são os *objetos dinâmicos* das representações políticas, quer dizer, entes que, se por um lado, estão sempre em fuga diante das tentativas de sua totalização no discurso, têm sua trajetória de deriva delimitada pelas promessas – ou seja, os *interpretantes finais* – do “bem comum” / da “boa vida”. A democracia se estabelece, portanto, como um modelo de progressão inferencial arrimado na promessa/aposta – sem outra garantia além da das crenças reflexivamente compartilhadas pelos membros da politéia – de que será possível obter *representações razoavelmente boas das preferências particulares como vontades gerais*, que conduziriam à inferência de ideais compartilhados de “boa vida”. São os horizontes de boa vida comum que fornecem condições para unificar as preferências como vontades gerais. A aposta democrática se completa com a crença (experimentalmente e/ou aprioristicamente fundamentada) de que a igualdade no acesso aos, e na participação nos, processos de tomada de decisão por todos os cidadãos aptos, conduzirá à essas “boas representações”. A argumentação democrática promete satisfazer ambas as buscas, a da síntese da vontade geral e a da descoberta do bem comum, uma através da outra.

A concepção não fundacionista dos sujeitos e das vontades políticos (delineada por Disch, 2011, 2012; Saward, 2010; Rehfeld, 2006; Runciman 2006; Dryzek 2000) sugere que os próprios processos de representação e de inferência de propósitos comuns (a “deliberação”) necessitam ser examinados numa perspectiva normativa, já que é no seu uso que emergem os fundamentos das origens e dos propósitos da soberania popular. Não se supõe mais, como na concepção diádica de representação política, que os

representados preexistem à relação de representação política, ou que o representante político é eficientemente causado, determinado, um “agente” desse “principal” que seriam os cidadãos. Como afirma Disch (2012), “as atividades dos representantes não seguem as demandas dos constituintes, mas as solicitam e conformam-nas” (2012, p. 608). Como a democracia se apoia em outras causalidades além da eficiente⁸ para garantir a eficácia da igualdade entre os cidadãos, é necessário desenvolver critérios normativos mais abrangentes que acompanhem a ampliação etiológica das representações políticas.

Por exemplo, é patente a agência dos artefatos de produção de causalidade aleatória – como no uso de sorteios para o preenchimento de funções de representação, como em sondagens de opinião ou na formação de juris populares. A mesma não-linearidade ocorre em outras *práticas isegóricas*, desde as narrativas coletivas da conversação política cotidiana, até os processos de deliberação parlamentares. Nas *práticas isopséficas*, as propriedades de cada artefato contribuem para a aquisição de sentido da agregação: as propriedades físicas de uma bolota atirada ou meramente depositada, de uma cédula escrita a próprio punho ou perfurada por uma máquina, de uma cabine aberta ou devassada, do software aberto ou proprietário, de urnas opacas ou transparentes, e o conjunto total do design da “máquina eleitoral”⁹ – intersectam diretamente os valores políticos atribuídos ao anonimato ou *accountability*, à quantidade ou qualidade dos eleitores, à velocidade da contagem dos votos ou a inviolabilidade das urnas.

Embora os motivos para – e problemas em – confiar em agregações numéricas como mediações entre a busca do bem comum e os meios justos de alcançá-lo não mudaram muito com os séculos (Lagerspetz, 2010)¹⁰, há pouca dúvida de que cada elemento dos arranjos de agregação de preferências são carregados de escolhas políticas, com implicações na distribuição de poder que nem sempre são planejadas pelos atores (Aidt &

8 Sobre as três categorias de causalidade (eficiente, final e casual), e sua relação com as classes de inferências (respectivamente, dedução, abdução e indução), ref. Hulswit, 2002.

9 Máquinas operam ilusões tanto quanto que transformam energias. O termo *mechanos* era originalmente usado para denominar artefatos usados em ardis militares (como o Cavalo de Tróia) e para o equipamento de encenação teatral (Neves, 2010). Máquinas continuam a astuciosamente transformar sentido e, ao mesmo tempo, a energia, nas relações humanas, de modo que há uma continuidade entre as máquinas de extração de mais-valia do trabalho fabril ao uso de sites semanticorporativos de entrosamento social.

10 Embora esse tópico não possa ser plenamente desenvolvido aqui, pode-se afirmar que não é por acaso que “isopsefia” é também a denominação de uma forma mântica bastante difundida (da numerologia grega à kabbalah, e desta à maçonaria). Há algo de irredutivelmente “mágico” – e, portanto, falacioso – nas agregações políticas. Toda indução envolve algum tipo de “auto-engano” semântico na fixação da crença que um todo pudesse equivaler à algum tipo de agregação de suas partes. (Sobre mântica como falácia semiótica, cf. Nöth, 1990. p. 188 e ss.; sobre isopsefia como numerologia, cf. Psychoyos, 2005; Peters, 2007)

Jensen, 2012; Reynolds & Steenbergen, 2006; Crook & Crook, 2007; Jones & Hall, 2006). Não podemos senão concordar com Anderson e Kriess (2013), quando afirmam que...

agir politicamente e compreender a natureza da cidadania e dos públicos requer considerar os híbridos sociotécnicos que mediam a representação política de modos altamente consequentes e largamente sub-observados. Urnas, máquinas de votar, formulários de censos e mapas que juntam e estabilizam seu trabalho e os alistam em novas redes fazem certas formas de representação política duráveis. Mais ainda, tais artefatos são performativos, moldando as formas rotineiras pelas quais os cidadãos realizam processos democráticos.”¹¹

Estamos, por isso, obrigados a considerar uma gama bastante ampla de agências além daquelas que “diretamente” manifestam as intencionalidades de sujeitos individuais humanos, pois “os analistas não devem hesitar em considerar que vivemos em um mundo cheio de agências variadas e que a estruturação desse mundo é possível apenas através da contribuição ativa de artefatos físicos e discursivos que os humanos produzem” (Cooren, 2008, p. 12). Os processos isopséficos, aliás, encontram-se, no mais das vezes, inextricavelmente imbricados – embora irreduzíveis – a processos deliberativos propriamente discursivos, sejam eles verbais ou infra-verbais (cf., p. ex. Schwartzberg, 2010).

A metodêutica da representação política, permitiria explicar como *função sígnica* o suposto “paradoxo da representação” (Disch, 2012; Runciman 2007). A representação política replica o caráter triádico de toda e qualquer ação sígnica – a *presentificação do ausente* – para o contexto da política democrática. Representar (politicamente ou não) envolve a *causação final* própria dos signos: implica traduzir preferências particulares *qua* vontades gerais através da *atuação para o futuro* do representante.¹² Os representantes políticos não atuam “substantivamente” em favor dos representados a menos que *infirm* as vontades deles *in futuro*. Para representar, catalisam a auto-reflexividade para uma demanda coletiva latente, para tornar o seu fundamento experiencial eloquente, produtivo, eficaz. Como todo e qualquer signo, o representante político se atualiza como *réplica* de

11 “... to act politically and understand the nature of citizenship and publics requires accounting for the socio-technical hybrids that mediate political representation in highly consequential and largely under-appreciated ways. Ballots, voting machines, census tracts, and the maps that gather and stabilize their work and enroll them in new networks make certain forms of political representation durable. Even more, these artifacts are performative, shaping the routine ways that citizens enact democratic processes.” (Anderson & Kreiss, 2013, p. 366).

12 Isso ocorre desde a mundanização do olhar que cria a possibilidade da percepção com/o expressão da imagem audiovisual documentária, principalmente daquela captada por câmeras (Sobchack, 1992).

um ente geral, *os interesses* dos cidadãos – seja este representante um sujeito individual humano, um artefato textual, ou uma rede de máquinas executando algoritmos.

No contexto da teoria deliberativa sobre a democracia, pode-se observar uma crescente divergência entre autores interessados em demonstrar o “bom funcionamento do sistema” – que fariam uma leitura liberalista da ética do discurso e teóricos interessados nas suas perturbações e inovações – os teóricos da “democracia discursiva” (Dryzek, 2000). Para o semioticista, é notável que a tendência que esboça uma “teoria discursiva representação política”, aumenta seus pontos de contato com a semiótica geral, acolhendo uma diversidade crescente de entes nas suas concepções de representação e ação políticas. É preciso reconhecer que, mesmo com os equívocos antropocêntricos com as “representações simbólicas” e com a negligência aos processos infra-reflexivos envolvidos na representação política, Hannah Pitkin abriu o caminho para uma concepção triádica e processual da representação política – que só seria plenamente retomada a partir do final do século XX (Pitkin, 1967; Disch, 2012). A redefinição da representação política de atores individuais para o arranjo democrático amplo abriu o campo para que Rehfeld (2006) construísse uma teoria da representação geral o bastante para separar teorização normativa e descritiva, atendendo uma condição necessária para uma crítica dos arranjos democráticos realmente existentes. As sincategoremáticas da “teoria geral da representação política” e da semiótica pragmaticista sugerem o aprofundamento de uma investigação propriamente metodêutica, quanto aos percursos inferenciais que se possa tratar como democráticos. Neste sentido, é consistente tratar como “interpretantes finais” da representação política democrática, os ganhos (ou perdas) de autonomia prática dos “constituintes”, (Grant & Kehoane, 2005; Rubenstein, 2007; Montanaro, 2012). O caráter inferencial *recursivo* (e portanto *simbólico no sentido peirceano*) da representação política democrática é evidenciado na dependência dela, não de processos psíquicos de agregação de desejos individuais, mas de processos reflexivos de formação de desejos coletivos através da aquisição de auto-reflexividade (Runciman, 2007), o que só pode ocorrer *ao longo de um percurso inferencial* de revalidação dos compromissos, das intencionalidades e da factualidade (Disch, 2011).

Modos de endereçamento dos usuários “por” affordances de reflexividade das plataformas

Infelizmente, há bastante dispersão quanto à definição de “reflexividade” na literatura sobre pesquisas empíricas sobre deliberação na conversação política cotidiana. O

entendimento de Jansen e Kies (2004), seguindo o de Dahlberg (2004), sobre o termo o constrói como uma aproximação de um ideal de introspecção do enunciador, diante das expectativas do contexto e dos demais parceiros. Além das (reconhecidas) dificuldades de operacionalização empírica da sondagem do grau de auto-observação dos indivíduos, parece-nos que essa abordagem reconduz o foco da pesquisa de volta à uma etiologia da ação e da representação políticas apoiada na originalidade do sujeito individual humano. Assim, por motivos operacionais, por congruência com a perspectiva processual e contextual aqui delineada e por ética da terminologia, preferiremos construir um outro operador, *reflexividade discursiva*. Para sua construção, adota-se um entendimento próximo ao de Benhabib, (1994), Kulynych, (1997), Rättilä (2000); Warner, (2002); e Disch (2011), que poderia ser sintetizado como *evidência de emissão de meta-discursos sobre a ético-estilística da trajetória da enunciação, enquanto processo performativo de instauração de representações políticas*.

Disch (2011) propõe o critério de “reflexividade” como garantia que supriria a responsividade no modelo de “agir substativamente por outros” proposto por Pitkin como base da legitimidade democrática da representação política. Como é notável a dispersão do conceito, será preciso apanhar, como sugerido por Disch, a observação das mútuas correções das pretensões político-representativas, ocorridas ao longo dos sucessivos contextos de interação que uma enunciação ciberaudiovisual concreta atravessa. Seguindo Bardone, essas correções seriam atinentes às mudanças, conforme o ambiente de interação, de (a) *presença das affordances*, ou seja, da capacidade cedida aos usuários de controlar a circulação e apropriação social das ações e representações políticas, (b) a *perceptibilidade das affordances*, no caso, a transparência; (c) a *operabilidade efetiva* desses controles sobre a circulação dessas representações, para diferentes usuários. Esses três critérios necessitariam ser examinados segundo um modelo de desse conta das assimetrias de distribuição social das competências e direitos dos diferentes tipos usuários.

Essa observação sobre as plataformas de interação on-line seria contrastada com os *modos de endereçamento público*, emersos tanto no conteúdo proposicional (e/ou audiovisual) quanto nos componentes ilocutórios das enunciações. Esperamos que este contraste, entre o *como os usuários pretendem se enunciar*, e o *que os ambientes efetivamente permitem performar*, elucide a interminável série de pretensões e contra-pretensões à representação políticas que caracterizaram as manifestações de

2013 e suas interpretações cívicas e institucionais subsequentes. Supomos que encontraremos uma borda (ou franja) de evidências da contradição entre as tendências fragmentadoras de usos não solidarizante das capacidades “agorapoiésicas” da comunicação distribuída e de usos que visam desejos de contra-representação política apoiados na universalização do respeito a éticas minoritárias. Esperamos esclarecer melhor os percursos inferenciais pelos quais as vontades particulares são traduzidas como vontades gerais – ou, ao menos, como vontades coletivas; e que promessas de boa vida comum são propostas como interpretantes, nessas traduções.

Tornar perceptível a persistente defasagem entre pretensões comunicativas dos modos de endereçamento públicos (à vários tipos de reapresentação informal, auto-indicada: formal, descritiva, simbólica, substantiva) e os propiciamentos efetivos dos ambientes de interação concretamente empregados, serve também para propiciar extrapolações de desenhos de arranjos artefactuais *mais democráticos*. A tarefa de escrutinar os principais ambientes de representação política para observar as affordances político e o “teor democrático” da sua distribuição é insolúvel no gabinete, exige desmontar os arranjos artefactuais concretamente traçados em enunciações da vida política corrente. Acreditamos que o mergulho empírico, em estudos de caso, complementado pela interpretação de agregações numéricas de observações de grande numero de proferimentos de pretensões à representação política, pode avançar a discussão. Isso se tornou possível no caso dos eventos das grandes mobilizações multitudinárias recentes no Brasil, principalmente para pesquisadores de trajetória midiativista, com uma perspectiva interna ao processo de mobilização. No nosso caso, esta pesquisa se debruçará sobre os eventos das manifestações de 2013 em Belo Horizonte, observando as defasagens entre as pretensões representativas de enunciações que atravessam vários ambientes de interação: um sites de entrosamento social (Facebook) para um de compartilhamento de vídeos (YouTube), para duas mostra de videoarte (Mostra “Os Brutos” e “Escavando o Futuro”) e outro festival de cinema documentário (ForumDoc 2013, mostra “Filmando o inimigo nas ruas”).

Referências

ABÍLIO, Ludmila C. Rompantes no espírito do desenvolvimento brasileiro. In: **Revista PENSATA - Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.

AIDT, Toke S; JENSEN, Peter S **From Open to Secret Ballot: Vote Buying and Modernization**. Cambridge Working Papers in Economics CWPE1221, 2012.

- ANDERSON, CW ; Kreiss, D . Black Boxes as Capacities for and Constraints on Action: Electoral Politics, Journalism, and Devices of Representation . **Qualitative Sociology**, 2013 Dec, Vol.36(4), pp.365-382
- ANDREJEVIC, Mark (2002) The kinder, gentler gaze of Big Brother - Reality TV in the era of digital capitalism. **New Media & Society**, Jun, Vol.4(2), 2002. pp.251-270.
- AUSTIN, John L. **How To Do Things With Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BARNONE, Emanuele (2010) Affordances as abductive anchors. **Studies in Computational Intelligence** Volume 314, 2010. p. 135-157.
- BARNONE, Emanuele (2011) **Seeking Chances - From Biased Rationality to Distributed Cognition**. Berlim: Springer, 2011.
- BENDOR, Roy; LYONS, Susanna Haas; ROBINSON, John. What's There Not To 'Like'? The Technical Affordances of Sustainability Deliberations on Facebook. **JeDEM** 4(1): 67-88, 2012
- BENKLER, Yochai (2000) **From Consumers to Users: Shifting the Deeper Structures of Regulation. Toward Sustainable Commons and. User Access"** <www.law.indiana.edu/fclj/pubs/v52/no3/benkler1.pdf > acesso em 25abr2011.
- BENNETT, W Lance. The personalization of politics: political identity, social media, and changing patterns of participation. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**. 644, nov. 2012. p. 20-39
- BENSKI, Tova; LANGMAN, Lauren. **From indignation to occupation: A new wave of global mobilization**. *Current Sociology* 61(4) 377–392, 2013.
- BERGMAN, Mats; PAAVOLA, Sami. (Eds) **The Commens Dictionary**. Peirce's Terms in His Own Words. (New Edition). Disponível online em <<http://www.commens.org/dictionary>>, acessado em 23fev2015.
- BREINES, Wini. "Prefigurative politics". In: _____. **Community and organization in the New Left 1962-1968: the great refusal**. New Jersey: Rutgers University Press, 1989. p. 46-51.
- CARAWAY, Brett. Audience labor in the new media environment: A marxian revisiting of the audience commodity. **Media, Culture & Society** 33(5) 693 –708, 2011.
- CHANDLER, D. (s/d) **Semiotics for beginners: modes of address**. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/S4B/sem08b.html>>, acessado em 24fev2014.
- COLEMAN, Biella; HILL, Mako (2004) **How Free Became Open and Everything Else Under the Sun**. Disponível em <http://journal.media-culture.org.au/0406/02_Coleman-Hill.php>, acessado em 24nov2012.
- COLEMAN, Gabriella 2004a **The (copylefted) Source Code for the Ethical Production of Information Freedom** (Biella Coleman, 2004; <http://www.sarai.net/publications/readers/03-shaping-technologies/resolveUid7ccc93d78eee9a2a6fd01a355944bd13>)
- _____(2004b) "Indymedia's Independence; From Activist Media to Free Software" In: **Planetnetwork Journal**, July 2004. <<http://journal.planetnetwork.net/article.php?lab=coleman0704>>, acessado em 26dez2009.
- _____. Phreaks-Hackers-Trolls. In: MANDIBERG, M. **The social media reader**. Nova Iorque, Londres: New York University Press, 2012.
- _____. CODE IS SPEECH: Legal Tinkering, Expertise, and Protest among Free and Open Source Software Developers". In: **Cultural Anthropology**, Vol. 24, Issue 3, 2009. p. 420–454.
- _____. "Les temps d'Indymedia" (Biella Coleman; In; **Multitudes**, 26jun2006. http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=imprimer&id_article=1977;26Dez2009,18h00min)

- COLEMAN, Gabriella; GOLUB, Alex (2008) "Hacker practice: Moral genres and the cultural articulation of liberalism". **Anthropological Theory** 2008; 8; 255.
- COOREN, François. Between semiotics and pragmatics: Opening language studies to textual agency. **Journal of Pragmatics** 40 (2008) 1–16.
- CORREA, Felipe. Balanço crítico acerca da ação global dos povos. In: Parra, Henrique Z.M.; Ortellado, Pablo; Rhatto, Silvio. **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo: (edição dos autores), 2013 p. 215 -220, 227-232, 247-276, 289-30
- CORREA, Felipe. Balanço crítico acerca da ação global dos povos. In: PARRA, Henrique Z.M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Silvio. **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo: (edição dos autores), 2013 p. 215 -220, 227-232, 247-276, 289-302
- CROOK, Malcolm; CROOK, Tom. The Advent of the Secret Ballot in Britain and France, 1789–1914: From Public Assembly to Private Compartment. **History**, October 2007, Vol.92(308), pp.449-471
- DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- DAHLBERG , Lincoln. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation . **New Media & Society**, Vol9(5):827–847. Los Angeles, Londres, Nova Delhi e Singapura: SAGE, 2007.
- DAHLBERG, Lincoln. Net-public sphere research: Beyond the ‘first phase’. **Javnost-The Public** 11(1), 2004. p. 27–43.
- DEAN, Jodi, **Communicative Capitalism: Circulation and the Foreclosure of Politics**. In: Boler, Megan (ed.). *Digital Media and Democracy: tactics in hard times*. Cambridge, Londres: The MIT Press, 2008, p. 101-122.
- DEBROCK, Guy. 2003. Ethics and Pragmatic Process Philosophy. In: (id.). *Process pragmatism – essays on a quiet philosophical revolution*. Amsterdam, Nova Iorque: Rodopi, 2003.
- DISCH, Lisa. Toward a Mobilization Conception of Democratic Representation. **American Political Science Review**, Vol. 105, No. 1 , fev2011.
- DOMINGUEZ, Ricardo (2007). **Digital Zapatismo**. Acessível em <<http://www.thing.net/~rdom/ecd/DigZap.html>>, acessado em 02dez2009
- DRYZEK, John S. Discursive Democracy vs. Liberal constitucionalism. In: Saward, Michael (ed.). **Democratic Innovation – Deliberation, representation and association**. Nova Iorque e Londres: Routledge, ECPR, 2000.
- DRYZEK, John S.; NIEMEYER, Simon. Discursive Representation. In: **American Political Science Review**. Vol. 102, No. 4 , nov. 2008
- ERIKSSON, K; VOGT, H. On self-service democracy. In: **European Journal of Social Theory**, 16: 153, 2013
- ERMOSHINA, Kseniia **Démocratie ubiquitaire: applications mobiles et participation citoyenne**. Artigo apresentado no 23o encontro da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), 2014. Acessível em <<http://www.ipsa.org/sites/default/files/ipsa-events/montreal2014/papers/paper-36090-2014-07-05-2057.pdf>>, acessado em 6mar2015.
- EZLN COMUNIQUÉS (1993), “First Declaration from the Lacandon Jungle: EZLN's Declaration of War, Today we say 'enough is enough!' (Ya Basta!)”, disponível em: <http://flag.blackened.net/revolt/mexico/ezln/ezlnwa.html>, Consultado em 31/05/2010.
- FARIAS, Priscila; QUEIROZ, João. Images, diagrams and metaphors: hypoicons in the context of Peirce's 66-fold classification of signs. **Journal of the International Association for Semiotic Studies**, 2006.
- FEENBERG, Andrew. **Questioning Technology**. Londres e Nova Iorque: Routledge University Press, 1999.

- _____. **Transforming Technology**.. Oxford e Nova Iorque: Oxford Univesity Press, 2002.
- FELINTO, Erick; COSTA, Ramon B.. Agenciamentos e anonimato: sobre a experiência do Anonymous. **Revista GEMInIS**. Ano 4, n.2, v. 2, 2013. p. 19–34.
- FREZZO, M.; KARIDES, M (2007). **Socialism for the 21st Century?** Prefigurative Politics and Subsidiarity at the World Social Forum. Acessível em <http://convention2.allacademic.com/meta/p183876_index.html?PHPSESSID=18702946bce5dfc1726fec2c01c77910>, acessado em 1jul2011.
- GALLOWAY, Alexander R.; THACKER, Eugene. **The exploit**. Minneapolis , London: University of Minnesota Press, 2007.
- GALLOWAY, Alexander R.. **Protocol**. Cambridge (EUA), Londres (RU): The MIT Press, 2004.
- GARRETT, R K; CARNAHAN, D; LYNCH, E K. A Turn Toward Avoidance? Selective Exposure to Online Political Information, 2004–2008. **Political Behaviour**, 2011.
- GARRETT, R. Kelly ; RESNICK, Paul. Resisting Political Fragmentation on the Internet. **American Academy of Arts and Sciences**, 2011.
- GERSHON, Ilana. Un-Friend My Heart: Facebook, Promiscuity, and Heartbreak in a Neoliberal Age. **Anthropological Quarterly**, Vol. 84, No. 4, 2011. p. 865–894
- GIDDENS, A. O surgimento da política-vida. In: **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GIGLIO, Mike (2011) Middle East Uprising: Facebook's Secret Role in Egypt;
- GIGLIO, Mike. Middle East Uprising: Facebook's Secret Role in Egypt. The Daily Beast. Disponível em <<http://www.newsweekdailybeastreprints.com>>, acessado em 13abr2012.
- GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platforms’. In: **New Media Society**, 12: 347, 2010.
- GOODIN, Robert. Sequencing Deliberative Moments. In: **Acta Politica**, vol. 40, 2005. p. 182-196.
- GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert O. Accountability and Abuses of Power in World Politics. **American Political Science Review** Vol. 99, No. 1 February 2005.
- GRÔPPO, Leandro; DE SOUSA, Gerson. Educação Política: da rede para as ruas. **Revista GEMInIS**. Ano 4, n.2, v.2, 2013. p. 48–64.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, 1995, no.36, p.39-53.
- _____. Actions, Speech Acts, Linguistically Mediated Interactions, and the Lifeworld [1988], In: COOKE, Maeve (org.), **On the Pragmatics of Communication**, Cambridge: MIT Press, 2000, pp. 215-255.
- _____. L'espace publique, 30 ans après. In: **Quaderni**, Paris, no 18, 1992;
- _____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. What is Universal Pragmatics. In: _____, **Communication and the Evolution of Society**. Boston: Beacon Press, 1979, pp. 1-68.
- _____. “Communicative Rationality and the Theories of Meaning and Action” [1986], In: COOKE, Maeve (org.), id, pp. 183-213.
- _____. **The Theory of Communicative Reason**. Boston: Beacon Press, 1984.
- _____. **What is Universal Pragmatics?** Boston: Beacon Press. Toronto: Fizhenry & Whiteside Ltd, 1979.
- HAMM, Marion. 2005. Indymedia - Concatenations of Physical and Virtual Space. Disponível em <http://www.republicart.net/disc/publicum/hamm04_en.pdf>, acessado em 26Dez2009
- _____. Reclaiming Virtual and Physical Spaces. Indymedia London at the Halloween Critical Mass. In: **OpenJournal** 11, 2006. Disponível em <<http://www.skor.nl/download.php?id=3239>>, acessado em 27dez2009

- _____. Indymedia UK: Urban Communica/action and the creation of a hybrid activist space in London. (**Conference Paper, re:activism**, Budapest, 14-15, 2005a.
- HARRIS, John. Protests around the world are keeping the spirit of Occupy alive. *The Guardian*, Sunday 23 June 2013.
- HARRIS, John. Protests around the world are keeping the spirit of Occupy alive; **The Guardian**, Sunday 23 June 2013
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- HESS, Aaron. Resistance Up in Smoke: Analyzing the Limitations of Deliberation on YouTube. **Critical Studies in Media Communication**, 26: 5, 2009. p. 411 – 434.
- _____. Democracy Through The Polarized Lens Of The Camcorder: Argumentation And Vernacular Spectacle On Youtube In The 2008 Election. **Argumentation and Advocacy** 47, outono de 2010, p. 106-122.
- HIMANEN, Pekka; TORVALDS, Linus; CASTELLS, Manuel. **The Hacker Ethic**. Nova Iorque: Random House, 2001.
- HOFFMANN, Michael H. G. (2003) Peirce's "Diagrammatic Reasoning" as a Solution of the Learning Paradox. In: DEBROCK, Guy (Ed.) **Process Pragmatism: Essays on a Quiet Philosophical Revolution..** Amsterdam: Rodopi, 2003. 121-143.
- HONNETH, Axel. Organized Self-Realization: Some Paradoxes of Individualization. **European Journal of Social Theory** 7(4), 2004. p. 463–478.
- _____. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HULSWIT, Menno. **From cause to causation – a peircean perspective**. Dordrecht, Boston e Londres: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- JANSSEN, Davy; KIES, Raphaël. **Online Forums and Deliberative Democracy: Hypotheses, Variables and Methodologies**. Prepared for the Conference on “Empirical Approaches to Deliberative Politics”, European University Institute, Florence, 22-23 May 2004.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo, Aleph, 2009
- JONES, DW; HALL, ML. **Technologists as political reformers: Lessons from the early history of voting machines**. Presented at the Society for the History of Technology Annual Meeting . Las Vegas, October 13, 2006.
- JUDENSNAIDER, Elena; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo; LIMA, Luciana. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.
- JURIS, Jeffrey S. Performing Politics: Image, Embodiment, and Affective Solidarity during anti-Corporate Globalization Protests. **Ethnography** 9(1), 2008.
- KIDD, D. Carnival to Commons. In: YUEN, Eddie, ROSE, Daniel Burton and KATSIAFICAS George (Orgs.) **Confronting Capitalism: Dispatches from a Global Movement**. New York: Softskull Press, 2004.
- KULYNYCH, Jessica, J. Performing politics: Foucault, Habermas, and postmodern participation. **Polity**, Winter 1997 v30 n2 p315(32)
- LAGERSPETZ, Eerik. Wisdom and numbers . **Social Science Information**, 2010 49: 29-59
- LANGMAN, Lauren. Occupy: A new new social movement. **Current Sociology** 61(4), 2013. p. 510-524.
- LATOUR, Bruno; MAUGUIN, Philippe; TEIL, Geneviève. A Note on Socio-Technical Graphs. In: **Social Studies of Science** fev. 1992, Vol.22. p. 33-58 e 91-94.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, . **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001; . **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, Edusc, 2002. Et si l'on parlait un peu politique? In: **Politix**, vol.15 n°58, pp.143-166, 2002.

- _____. From Realpolitik to Dingpolitik. In: LATOUR, Bruno & WEIBEL, Peter. **Making Things Public-Atmospheres of Democracy** catalogue of the show at ZKM. Nova Iorque: MIT Press, 2005
- _____. On interobjectivity. In **Mind, Culture, and Activity**. 1996, Vol.3, n°4, pp.228-245 & 246-269.
- LESSIG, Lawrence. The Architecture of innovation. In: Nordic Institute for Contemporary Art, **Self Organization/ Counter-Economic Strategies**. Berlim: Sternberg Press, 2006.
- LEVY, Steven, **Hackers: Heroes of the Computer Revolution**. Nova Iorque: Penguin Books, 2001.
- LEWANDOWSKA, Marysia. From Enthusiasm to Creative Commons. In: BILLING, Johanna; LIND, Maria; NILSSON, Lars. **Taking the Matter into Common Hands**. Londres: Black Dog Publishing, 2007. p. 47-53.
- LINDSAY, Christina. From the Shadows: Users as Designers, Producers, Marketers, Distributors, and Technical Support, In: OUDSHOORN, Nelly e PINCH, Trevor (eds.) **How Users Matter: the co-construction of users and technology**. Cambridge e Londres: The MIT Press, 2005, p. 29-50.
- MAGNANI, Lorenzo; BARDONE, Emanuele. Distributed Morality: Externalizing Ethical Knowledge in Technological Artifacts. **Foundations of Science**, V 13, I 1, 2008.
- MAGNANI, Lorenzo. External diagrammatization and iconic brain co-evolution. Berlim: **Semiotica**, 2011.
- MAIR, Peter. **Ruling the void** : the hollowing of Western democracy. Nova Iorque: Verso, 2013.
- MEIKLE, Graham. **Future Active: media activism an the internet**. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2002.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2007), "Movimentos Sociais Como Acontecimentos: Linguagem e Espaço Público" . In: Lua Nova, São Paulo, 72: 115-142, 2007.
- MERTES, Tom (2004) Grass-Roots Globalism. In: MERTES. Tom (ed.) **A movements of Movements – Is Another World Really Possible?**, London: Verso: 237-247.
- MIGLIORIN, Cezar. As manifestações de 2013: revendo Doméstica, O som ao Redor e A Febre do Rato. **Revista GEMInIS**. Ano 4, n. 2, v. 2, 2013. p. 35-47.
- MONTANARO, Laura. The democratic legitimacy of self-appointed representatives. **The Journal of Politics**, Vol. 74, No. 4, October 2012, p. 1094–1107.
- MOROZOV, Evgeni. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.
- _____. "Iran: Downside to the 'Twitter Revolution'" . In: **Dissent**, fall 2009[a]; www .evgenymorozov com morozov_twitter_dissent pdf, 17-11-2009, 10h52min);
- _____. **From slactivism to activism**. [2009b] <http neteffect foreignpolicy com posts
- MOSS, Giles; O'LOUGHLIN, Ben. Convincing claims? Democracy and representation in post-9/11 Britain. In: **Political Studies**, vol. 56, 2008. p. 705–724
- MURRAY, Daniel (2010) **Democratic Insurrection, or, what does the alterglobalization movement have in common**. <<http://www.anarchist-studies-network.org.uk/documents/Anarchism%20and%20World%20Politics/Murray2.pdf>> Disponível on-line, acessado em 23fev2015.
- NEBLO, Michael A. Thinking through democracy: between theory and practice of deliberative politics. **Acta Politica** 40: 2005. p. 169–181.
- NEVES, Bráulio B.. Imagens-câmera, máquinas lógicas e retóricas documentárias. In: **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**, v. 1, 2010a. p. 1-18.
- _____. Prefiguração de contrapúblicos em Brad - Uma noite mais nas barricadas. In: **Galáxia**, 135 São Paulo, n. 20, p. 134-145, dez. 2010b.
- NORMAN, Donald. Affordance, Conventions and Design. **Interactions**, 1999. p 38-43.

- _____. **The Design of Everyday Things**. Londres: The MIT Press, 1998.
- NOTES FROM NOWHERE (Coletivo organizador). **We are everywhere**. Nova Iorque, Londres: Verso, 2003.
- NÖTH, Winfried. Máquinas Semióticas. In: **Galáxia**, Vol. 1, No 1 (2001), p. 51-73.
- _____. **Handbook of Semiotics**. Indiana: Indiana University Press, 1990. p. 188-191, verbete “Magic”.
- OBER, Josiah. The original meaning of “democracy”: Capacity to do things, not majority rule. Artigo apresentado no **American Political Science Association meetings**, Philadelphia, 2006. Princeton & Stanford Working Papers in Classics, 2007
- ORTELLADO, Pablo; Ryoki, André. **Estamos Vencendo: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos Vencendo: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor (Orgs.), **How users Matter: The Co- Construction of Users and Technology**. Cambridge: MIT Press, 2003.
- PAAVOLA, S; LIPPONEN, Lasse; HAKKARAINEN, Kai. Models of innovative knowledge communities and three metaphors of learning . **Review Of Educational Research**, inverno, Vol.74(4), 2004 . p.557-576
- PAAVOLA, Sami . (2011) Diagrams, Iconicity, and Abductive Discovery. *Semiotica* 186-1(4), 297–31
- PAAVOLA, Sami; HAKKARAINEN, Kai. From meaning making to joint construction of knowledge practices and artefacts – A triological approach to CSCL. In O'MALLEY, C. ; SUTHERS, D. ; REIMANN, P. ; DIMITRACOPOULOU, A. (Eds.), **Computer Supported Collaborative Learning Practices: Conference Proceedings**. (pp. 83-92). Rhodes, Creek: International Society of the Learning Sciences (ISLS), 2009.
- PARRA, Henrique Z. M. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a Resistência. In: **Revista PENSATA - Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.
- PEREIRA, Jesus Marmanillo. “Brasil, meu Brasil brasileiro: entre o sonambulismo e o despertar do gigante”. In: **Revista PENSATA - Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.
- PETERS, Gregory H (2007) **The Stone Which the Builders Refused**. Disponível em <http://www.freemasons-freemasonry.com/stone_refused.html>, acessado em 30mar2015.
- PITKIN, Hannah F. **The Concept of Representation**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1967.
- PRIVACY INTERNATIONAL. **A Race to the Bottom - Privacy Ranking of Internet Service Companies**, 2007. disponível em <<http://www.privacyinternational.org/issues/internet/interimrankings.pdf>>, acessado em 19abr2011.
- PSYCHOYOS, Dimitris. The forgotten art of isopsephy and the magic number KZ. *Semiotica* 154, 1/4 (2005), 157-224
- REHFELD, Andrew. Towards a General Theory of Political Representation. **The Journal of Politics**, Vol. 68, No. 1, February 2006. p. 1–21.
- REYNOLDS, Andrew; STEENBERGEN, Marco. How the world votes: The political consequences of ballot design, innovation and manipulation. **Electoral Studies** 25 (2006) 570 – 598.
- RHATTO, Sílvio. “Apresentação retrospectiva do encontro: cultura livre e capitalismo”, In: PARRA, Henrique Z. M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Sílvio. **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo: (edição dos autores) 2013. p. 281-288.

- RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- RITZER, George; DEAN, Paul; JURGENSON, Nathan. The Coming of Age of the Prosumer. **American Behavioral Scientist**, 2012, 56: 379
- RUBENSTEIN, Jennifer. Accountability in an Unequal World. In: **The Journal of Politics**, Vol. 69, No. 3, ago. 2007. p. 616-632
- RUNCIMAN, David. The paradox of political representation. **Journal of Political Philosophy**, March 2007, Vol.15(1), pp.93-114
- SALTER, Lee, Democracy, New Social Movements, and the Internet: A habermasian Analysis. In: MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (Eds.) **Ciberactivism: Online Activism in Theory And Practice**. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2003, p. 117-144.
- _____. Colonization tendencies in the development of the world wide web. In: **New Media Society** 2005; 7; 291.
- _____. Structure And Forms Of Use: A Contribution To Understanding The 'Effects' of the Internet on deliberative democracy. In: **Information, Communication & Society** Vol. 7, No. 2, jun. 2004, p. 185–206.
- SAMUEL, Alexandra W. **Hactivism and the future of political participation**. Cambridge: Harvard University, Tese de Doutorado, 2004.
- SAPORITI, Elisabeth. **A Interpretação**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- SAWARD, Michael. Enacting Democracy. **Political Studies**, 2003, 51. p. 161-179.
- _____. Making democratic connections: political equality, deliberation and direct democracy. **Acta Politica**, 2001, 36(4) p. 361-379.
- _____. **The Representative Claim**. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- _____. Shape-Shifting Representation . **American Political Science Association**, 2012 Annual Meeting Paper.
- SCHOT, Johan; BRUHEZE, Adri Albert de la. The Mediated Design of Products, Consumption and Consumers in the Twentieth Century. In: OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor (Orgs.). Op. cit. p. 229-245.
- SCHWARTAU, Winn (1999) **Cyber-civil disobedience: Inside the Electronic Disturbance Theater's battle with the Pentagon** <<http://www.networkworld.com/news/0111vigcyber.html>>, 13mai2011.
- SCHWARTZBERG, Melissa. Shouts, Murmurs and Votes: Acclamation and Aggregation in Ancient Greece. **The Journal of Political Philosophy**: Volume 18, Number 4, 2010, pp. 448–468.
- SHANK, Gary; CUNNINGHAM, Donald J, **Modeling the Six Modes of Peircean Abduction for Educational Purposes**. Artigo apresentado no The Seventh Midwest AI and Cog Sci Conference, 1996.
- SILVA, Ademir L. O intelectual público na internet: o caso do vlogueiro Felipe Neto. **Revista GEMInIS**, ano 4 – n. 2, v 2, 2013. p. 75-86
- SOBCHACK, Vivian Carol. **The Address of the Eye**: a phenomenology of film experience. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- SOLNIT, Rebecca. **Hope in the Dark**. Untold Histories, Wild Possibilities. Nova Iorque: Nations Books, 2004.
- _____. **Storming the Gates of Paradise**: Landscapes for Politics. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2007.
- STALLMAN, Richard. The GNU Operating System and the Free Software Movement. In: DIBONA, Chris; OCKMAN, Sam; STONE, Mark. **Open Sources**: voices of the Open Source Revolution. Sebastopol (EUA): O'Reilly Media, 1999. p. 53-70.

- _____. [1992] **Why Software Should Not Have Owners**, disponível em <<http://www.gnu.org/philosophy/why-free.html>>, acessado em 14nov2009;
- _____. [1994] **The Free Software Definition**. Disponível em <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>>, acessado em 14nov2009.
- STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2011. Verbetes “**Artifact**”, disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/artifact/>>, acessado em 30mar2015.
- STEENBERGEN, Marco R.; BÄCHTIGER, Andre; SPÖRNDLI, Markus; STEINER, Jürg. Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. In: **Comparative European Politics**, 2003, 1, (21–48)
- SUNSTEIN, Cass. Deliberative Trouble? Why Groups Go to Extremes. **The Yale Law Journal**, 2000, vol. 110, p. 71-119
- _____. **Republic.com**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2001.
- _____. Democracy and filtering. **Communications Of The ACM**, dez. 2004, Vol. 47, No. 12. p. 57-59.
- _____. The law of group polarization. **The Journal of Political Philosophy**: vol. 10, n. 2, 2002. p. 175 – 195.
- _____. On a danger of deliberative democracy. **Dædalus**, outono de 2002.
- _____. The Polarization of Extremes. **The Chronicle of Higher Education**. 54. 16, 14dez2007.
- TELES, Edson. A distância entre a política tradicional e as práticas de liberdade nas manifestações de junho. In: **Revista PENSATA - Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.
- VAN DIJCK, José. 'You have one identity': performing the self on Facebook and LinkedIn. In: **Media Culture Society** 35: 199, 2013.
- _____. Users like you? Theorizing agency in user-generated content. In: **Media Culture Society**, vol. 31, jan. 2009. p. 41-58.
- _____. Facebook as a Tool for Producing Sociality and Connectivity. In: **Television and the New Media**, 2012 13: 160-176.
- VAN ZOONEN, Liesbet. I-Pistemology; Changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, 27, 2012. p. 56-67.
- VEHLKEN, Sebastian. Zootechnologies: Swarming as a Cultural Technique. **Theory, Culture & Society** 0(0) 1–22, 2013
- WARK, McKenzie. **A Hacker Manifesto**.. Cambridge (EUA), Londres: Harvard University Press, 2004.
- WARNER, Michael. **Publics and Counterpublics**. Nova Iorque: Zone Books, 2002.
- WELLS, Tatiana (Bartolina Sissa) (2011) Manifesto para a engenharia reversa das redes. **Outras Palavras**, 2011. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/manifesto-para-a-engenharia-reversa-de-nossas-redes/>>, acessado em 6mar2015.
- WERBIN, Kenneth C (2011) Spookipedia: intelligence, social media and biopolitics. In: **Media Culture & Society**, 2011 33: 1254
- Whitehead, Alfred N. **Symbolism: Its Meaning and Effect**. Nova Iorque: Fordham University Press, 1985 [b].
- _____. **Process and Reality**. Nova Iorque: The Free Press, 1985[a].
- WOJCIESZAK, Magdalena. ‘Don’t talk to me’: effects of ideologically homogeneous online groups and politically dissimilar offline ties on extremism. **New Media & Society**, 2010, 12: 637- 655.
- WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.